## PROJETO DE LEI Nº

/2025

Autor: Vereador Bruno Henrique

Dispõe sobre a instituição de um Cadastro Municipal de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida e dá outras providências

**Art. 1º** Fica instituído o Cadastro Municipal de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, com o objetivo de identificar, mapear e qualificar este público para melhorar o acesso às políticas públicas existentes e assistir a implementação de novas ações direcionadas.

**Parágrafo único**. O cadastro de que trata o Art. 1º é de caráter voluntário e será utilizado exclusivamente para:

- I Identificar e mapear as necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no município;
- II Planejar e implementar políticas públicas específicas e mais eficientes;
- **III** Facilitar o acesso dos cadastrados às políticas públicas existentes, compatíveis com suas necessidades;
- **IV** Garantir o monitoramento e a avaliação contínua das ações e políticas destinadas a este público.
- **Art. 2º** O cadastro será gerido pelo Poder Executivo, que deverá assegurar a confidencialidade das informações pessoais dos cadastrados e respeitar suas privacidades, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- **Art. 3º** Para efetivar o cadastro, o cidadão ou seu responsável legal deverá apresentar os seguintes documentos:
  - I Documento de identidade com foto;
  - II Comprovante de residência no Município de Cacapava;
- III Laudo médico que ateste a deficiência ou mobilidade reduzida, conforme critérios definidos em regulamentação específica;

1 Praça da Bandeira, nº 151 – Centro – Caçapava - SP CEP: 12.281-630 / Tel. (12) 3654-2000 / www.camaracacapava.sp.gov.br





- IV Outros documentos que venham a ser solicitados, conforme regulamentação.
- **Art. 4**° O Poder Executivo regulamentará a presente Lei de modo a estabelecer os procedimentos necessários para a efetivação do cadastro e demais medidas necessárias ao seu cumprimento.
- Art. 5° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor após 90 dias da data de sua publicação.

Plenário "Vereador Fernando Navajas", 20 de outubro de 2025.

Bruno Henrique **Vereador – PL** 

